FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA
Ano Lectivo de 2021/2022

Contencioso da União Europeia – Turma da Noite
Exame Final – 14/06/2022 – 19:00

Regência: Prof.^a Doutora Maria José Rangel de Mesquita
Assistente: Dr. Gustavo Almeida Neves

Tópicos de Correção

I

O Parlamento Europeu aprovou, sem proposta da Comissão, uma directiva que prevê a retenção generalizada de dados de utilizadores de serviços de telecomunicações e de *internet* residentes no território da União Europeia, por um período máximo três anos, para efeitos de luta contra a criminalidade organizada no território dos Estados membros da União.

O Estado membro A transpôs a directiva para o direito interno, mas alargou o prazo máximo de retenção de dados para cinco anos. Na sequência dessa transposição, os dados do utilizador B residente no território de um Estado membro foram objeto de retenção nos termos do direito nacional. O Estado membro C não transpôs a directiva no prazo nela previsto.

A Comissão pretende reagir contra a aprovação da directiva – por entender que foi violada a sua competência, bem como a do Conselho – e ainda, contra a não transposição da directiva pelo Estado membro C.

B pretende impugnar a directiva junto dos tribunais da União por considerar que a mesma viola a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia e, simultaneamente, obter do Estado A uma indemnização pelos danos causados pela retenção dos dados em causa em violação do Direito da União.

- 1. Como pode a Comissão reagir contra a aprovação da directiva e quais os fundamentos que pode invocar?**

- *contencioso da legalidade: recurso de anulação (art. 263.º TFUE); a Comissão enquanto recorrente privilegiado; tribunal da União competente e prazo;*
- *os fundamentos do recurso: violação do tratado; incompetência relativa;*

- 2. Como pode a Comissão reagir contra a omissão de transposição da directiva pelo Estado membro C? Pode a mesma solicitar ao Tribunal de Justiça da União Europeia a aplicação de uma sanção pecuniária ao Estado em causa?**

- *processo por incumprimento (arts. 258.º a 260.º TFUE);*

- o regime do Tratado de Lisboa e a possibilidade de aplicação de sanções pecuniárias na primeira acção por incumprimento – critérios delimitadores do universo das acções em que tais sanções podem ser solicitadas pela Comissão e aplicadas pelo TJUE (art. 260, 3 TFUE); critérios que presidem à proposta da Comissão à luz das Comunicações pertinentes;

3. Tem B legitimidade para impugnar a directiva junto do Tribunal de Justiça da União Europeia à luz da jurisprudência deste?

- a legitimidade dos particulares no recurso de anulação: a afectação directa e individual e a jurisprudência Plaumann e Jago-Queré; as alterações introduzidas pelo Tratado de Lisboa (jurisprudência Microban e Inuit);

4. Pode a União Europeia ser demandada por D no Tribunal de Justiça da União Europeia por danos decorrentes da aprovação de uma directiva inválida?

- a acção de responsabilidade civil extracontratual da União; tribunal competente; legitimidade activa;
- os pressupostos da responsabilidade da União à luz da jurisprudência Bergaderm e o alinhamento com os pressupostos da responsabilidade dos Estados membros por violação do Direito da União (casos Francovich e Brasserie du Pêcheur)

5. Na acção de responsabilidade intentada por B no tribunal nacional competente deve este colocar uma questão prejudicial ao TJUE sobre a validade da directiva tendo em conta a invocada violação da Carta?

- o conceito (de direito da União) de órgão jurisdicional nacional à luz da jurisprudência do TJUE;
- a jurisprudência Foto-Frost e posterior e as questões prejudiciais de validade obrigatórias para o órgão jurisdicional nacional, ainda que se trate de tribunal que não julgue em última instância (teoria do litígio concreto).

II

Responda às três seguintes questões, no máximo de 25 linhas por cada resposta:

1. Indique e explique quais os critérios que presidem à reserva de competência do Tribunal de Justiça em matéria de contencioso da legalidade, bem como as respetivas bases jurídicas vigentes.

- Bases jurídicas: art. 256.º TFUE e art. 51. do Protocolo (N.º 3) relativo ao Estatuto do TJUE (com as alterações introduzidas 2022);
- critérios: meios contenciosos, legitimidade activa e legitimidade passiva, objeto;

2. Explique qual a relevância da jurisprudência proferida no caso Associação Sindical dos Juizes Portugueses para o contencioso da União Europeia.

- a interpretação do art. 19.º TUE: concretiza o valor do Estado de direito afirmado no artigo 2.º TUE e confia a tarefa de assegurar a fiscalização jurisdicional na ordem jurídica da União não apenas ao Tribunal de Justiça mas igualmente aos órgãos jurisdicionais nacionais;
- o papel dos tribunais nacionais e o princípio da tutela jurisdicional efetiva;
- a existência de uma fiscalização jurisdicional efetiva (art. 19. 1, par. 2., TUE) destinada a assegurar o cumprimento do direito da União é inerente ao Estado de direito;
- a interpretação do art. 19, 1, TUE e o princípio da independência judicial, *in casu*.

3. Pode um governador de um banco central de um Estado membro impugnar, através de um meio contencioso previsto no Direito da União Europeia, no Tribunal de Justiça da União Europeia, um acto nacional que o suspende do exercício das suas funções?

- o meio contencioso previsto no art. 14.2, par. 2, do Protocolo (N.º 4) relativo aos Estatutos do SEBC: objeto do recurso (actos nacionais;)
- a jurisprudência do TJ proferida caso *Rimšēvičs* e *BCE c. Letónia* e a qualificação, pelo TJ, do meio contencioso ali previsto como recurso de anulação.

Duração: 90 minutos. Permitida apenas a consulta de tratados e outras fontes de Direito da União Europeia (não anotados nem comentados).

Cotação:

Grupo I – 10 valores (1 – 1,5 valores; 2 - 2 valores; 3 – 2,5 valores; 4 – 2 valores; 5 - 2 valores). Grupo II – 9 valores (3 valores por cada questão). Redação e sistematização: 1 valor.